

CORREIO JURÍDICO

POR
**ANDRE SOUZA E
JOÃO COCKELL**

ILUSTRAÇÃO / IMAGEM GERADA POR IA



Passageiro relatou que era a única pessoa negra no local

MPF apura denúncia de discriminação racial em aeroporto

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou procedimento para apurar possível discriminação racial em uma abordagem de segurança ocorrida em junho deste ano no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. A investigação foi aberta após denúncia de um passageiro que afirma ter sido retirado de forma agressiva da fila de inspeção, antes mesmo de passar pelo detector de metais. Segundo o relato, ele era a única pessoa negra no local e atribuiu a abordagem a um viés discriminatório. O MPF requisitou à Polícia Federal, em dez dias, informações sobre os protocolos de segurança, as medidas para prevenir tratamento discriminatório e as imagens das câmeras que registraram a ocorrência. O caso também foi encaminhado à área criminal do MPF para apurar eventual responsabilização dos agentes envolvidos.

TST obriga vigilância armada em pedágios de MG

A 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação da concessionária da Rodovia MG-050 para manter vigilância armada ininterrupta em todas as praças de pedágio e pagar R\$ 50 mil por dano moral coletivo. A decisão foi motivada por sucessivos assaltos, incluindo 12 ocorrências em uma praça de Divinópolis em dois anos, onde uma funcionária foi baleada. O TST entendeu que a medida é necessária para garantir a segurança dos trabalhadores.

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Uma das praças foi alvo de 12 assaltos em dois anos

Prazos processuais ficam suspensos em julho

Os prazos processuais no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ficarão suspensos entre 2 e 31 de julho, em razão das férias forenses, conforme a Portaria STJ/GP 455/2026. A suspensão segue a Lei Complementar 35/1979 e o Regimento Interno da Corte. Durante o período, decisões dos ministros e da Presidência continuarão sendo publicadas normalmente no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN). A Secretaria do tribunal atenderá das 13h às 18h. O ano judiciário será retomado em 3 de agosto, com sessão da Corte Especial.

Tratorista será reintegrado ao emprego

A 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) manteve a condenação que determina a reintegração de um tratorista demitido oito dias após retornar de internação psiquiátrica por depressão grave, com ideação suicida. Para os ministros, a dispensa teve caráter discriminatório diante da gravidade do quadro clínico, aplicando a tese vinculante do Tema 254. A empresa também foi condenada ao pagamento de indenização de R\$ 6 mil.

Copa Feminina I

Uma equipe capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está trabalhando para que os estádios de futebol brasileiro possam assegurar direitos para quem vai torcer nos jogos da Copa do Mundo Feminina da Fifa 2027, que acontecerá no Brasil. O jogo de abertura do torneio acontece dia 24 de junho de 2027, no Maracanã.

Copa Feminina II

A equipe do CNJ está verificando a implementação da Resolução CNJ 662/2025, que estabelece diretrizes e parâmetros para o funcionamento dos Juizados Especiais do Torcedor e dos Grandes Eventos. O Grupo "Paz nas Arenas" definiu que o campeonato terá dois parâmetros: juizados do torcedor (físicos ou remotos) e a Sala Lilás.

Desinformação I

O MPF e o ITS Rio promoveram uma capacitação on-line para mais de 150 jornalistas e comunicadores sobre o processo eleitoral. O evento destacou o papel essencial da imprensa investigativa no combate a notícias falsas e lançou a cartilha "Por Dentro das Eleições 2026", que ajuda a traduzir conceitos jurídicos e práticos da fiscalização.

Desinformação II

O estudo "Boca de IA" revelou que 78% das ferramentas indicam candidatos, descumprindo as resoluções do TSE. Para este pleito, conteúdos gerados por inteligência artificial devem obrigatoriamente conter rótulo informativo, sendo proibido o uso de chatbots ou disparos em massa, assim como qualquer material produzido por IA nas 72h antes e 24h após a eleição.

Internauta I

O MPF obteve a condenação de um internauta que publicou um vídeo com teor discriminatório contra o povo baiano em seu canal no YouTube. A decisão da 4ª Vara Federal fixou a pena em 2 anos e 4 meses de prisão, que acabou sendo substituída por prestação de serviços comunitários e pagamento de R\$ 5 mil.

Internauta II

A denúncia partiu de uma ação do MPF motivada pelo grande alcance do canal, que acumulava mais de 60 milhões de visualizações. A Justiça rebateu os argumentos da defesa e reforçou que o direito à liberdade de expressão não é absoluto, não servindo para abrigar nenhuma manifestação que represente racismo ou discriminação.



Ações envolvem saneamento básico, resíduos sólidos, poluição e proteção de áreas

Tribunais registram 18 mil processos na Semana Verde

Mutirão coordenado pelo CNJ reuniu 32 tribunais e realizou 2,5 mil audiências

Da Redação

Os tribunais brasileiros impulsionaram mais de 18 mil processos relacionados à área ambiental durante a II Semana da Pauta Verde, realizada entre 8 e 12 de junho. A mobilização foi coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e reuniu 32 tribunais, sendo 26 tribunais estaduais e seis tribunais regionais federais, com o objetivo de acelerar a tramitação de ações de impacto socioambiental e estimular soluções consensuais para os conflitos.

Segundo dados apresentados pelo supervisor da Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e o Meio Ambiente, conselheiro Ilan Presser, durante a 10ª Sessão Ordinária do CNJ, realizada em 23 de junho, até o momento 30 dos 32 tribunais participantes consolidaram os resultados da iniciativa.

Além da movimentação processual, os tribunais realizaram 2.550 audiências, das quais 1.029 foram de instrução ou de instrução e julgamento. Também foram proferidas 1.821 sentenças e 4.437 decisões interlocutórias. Durante o mutirão, ainda foram analisados cerca de 1,1 mil processos de execuções fiscais, homologados 399 acordos judiciais e extrajudiciais e 291 Acordos de Não Persecução Penal (ANPP).

As ações priorizaram processos relacionados a saneamento básico, resíduos sólidos, poluição, regularização fundiária, proteção de áreas ambientais e impactos de grandes empreendimentos.

O CNJ informou que o estoque de processos ambientais pendentes no país soma atualmente 374.568 casos, o menor volume da série histórica. O número representa redução de 16% em comparação ao pico registrado em 2021, quando havia 448 mil processos em tramitação, uma diminuição superior a 70 mil ações pendentes.

Durante a Semana da Pauta Verde, as classes processuais mais movimentadas foram ação civil pública, termo circunstanciado, ação penal e procedimento comum cível. A programação também incluiu atividades de capacitação sobre temas ambientais e climáticos. De acordo com o CNJ, o material produzido será reunido em um e-book destinado aos conselheiros do órgão, aos integrantes do Fórum Ambiental do Poder Judiciário (Fonamb) e do Observatório do Meio Ambiente.

O conselheiro Ilan Presser informou ainda que o CNJ prepara o lançamento da segunda edição do concurso de sentenças e decisões representativas em matéria ambiental.